

Físicos e cirurgiões medievais portugueses: Contextos socioculturais, práticas e transmissão de conhecimentos (1192-1338)

André Filipe Oliveira da Silva
Universidade do Porto

Resumo

A renovação sociocultural que marcou o século XII proporcionou à medicina a possibilidade de se transformar num domínio científico plenamente reconhecido e, simultaneamente, numa profissão de prestígio. Portugal, cuja independência se consolidava neste período, acabou por receber os seus primeiros físicos ainda durante o reinado de D. Sancho I. Este projeto tem como objetivo estudar os primeiros indivíduos que exerceram medicina em Portugal, durante a Idade Média, procurando obter uma visão transversal do meio cultural do qual emergiram, da realidade social em que se inseriram e do papel que a prática médica desempenhou nos seus percursos; tudo isto numa fase incipiente do ofício no território português, onde a consolidação levou várias gerações a estar completa.

Abstract

The sociocultural renovation that marked the 12th century allowed medicine to transform itself in a recognized and accepted science and, simultaneously, in a prestigious job. Portugal, whose independence was being consolidated in the same period, received its first physicians during the kingdom of Sancho I. The aim of the project is to study the first individuals that practiced medicine in medieval Portugal, looking for a transversal vision of the cultural milieu where they appeared, of the social reality where they were inserted and of the role that medicine played in their personal careers, everything during an early stage of the medical profession in Portuguese territory, where the consolidation took several generations to be complete.

O meu projeto de dissertação de mestrado tem como objeto de estudo os primeiros físicos e cirurgiões atuantes no território medieval português e, em segundo plano, a atividade, médica e não só, de físicos portugueses fora do reino.¹

Os principais objetivos desta investigação são:

- Compreender o contexto sociocultural que, na segunda metade do século XII, favoreceu o ressurgimento dos profissionais da cura, praticantes de uma medicina científica, em Portugal.

- Estudar com a profundidade possível os indivíduos documentados como físicos ou médicos e como cirurgiões, procurando conhecer a sua origem social, o enquadramento da sua atividade e perceber se terá havido um padrão, um perfil comum ou um *cursus honorum* nas suas carreiras.

- Conhecer as formas de aprendizagem e transmissão de conhecimentos através das quais os indivíduos em estudo obtiveram formação e exerceram profissões médicas, assim como perceber se, ou quando, começaram a existir condições para a existência de um verdadeiro ensino médico em Portugal neste período, explorando, para isso, os poucos registos de obras médicas que tenham sido propriedade de letrados portugueses.

¹ A investigação em curso aquando da comunicação que originou este artigo foi posteriormente concluída e resultou na minha dissertação de mestrado, intitulada *Físicos e cirurgiões medievais. Contextos socioculturais, práticas e transmissão de conhecimentos (1192-1340)*, apresentada em 29 de julho de 2015. Desta forma, e procurando obter um registo sólido e pedagogicamente útil, mantereirei o essencial do artigo-comunicação original, fazendo observações sempre que o resultado final tenha divergido do plano ou conclusões provisórias então apresentadas. A dissertação encontra-se em acesso livre no seguinte endereço: http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/A3NF8ICCGIQYKGD17K22SP7R2RFI4I.pdf.

- Estudar os registos de atividade, procurando conhecer aspetos mais técnicos, locais de prática, instrumentos e outros elementos que possam refletir, direta ou indiretamente, elementos daquilo que se poderá considerar o quotidiano destes clínicos.

- Analisar representações de físicos e cirurgiões em textos cronísticos e trovadorescos produzidos no período em estudo, tentando explorar a imagem destes homens na ótica *do outro*, num contexto de mentalidade coletiva, cujo acesso tende a ser mais fácil em textos literários.

Os limites cronológicos do estudo foram sendo definidos com o avanço da pesquisa, balizando aquela que parece ter sido a fase embrionária do exercício ‘profissional’ da medicina no Portugal medieval, correspondendo ao desenvolvimento de uma primeira comunidade de conhecimento. O limite inicial, 1192, coincide com o primeiro testemunho documental de um médico por mim encontrado em território português.² O limite final, 1338, coincide com o pioneiro estabelecimento de exame obrigatório, conduzido pelo físico-mor, para exercício dos ofícios de físico, cirurgião e boticário, onde se revelam alterações significativas no conjunto dos praticantes desta ‘primeira idade da medicina’ em Portugal. Os físicos, outrora na sua maioria cónegos para quem a prática médica parecia ser secundária e apenas uma forma de oficialato régio ou eclesiástico, passam então a ser sobretudo leigos, exteriores aos círculos eruditos e com origem urbana. A medicina deixa de ser uma forma de oficialato para se tornar um ofício. Por isso, considero que esta data representa um ponto de viragem que deve marcar o limite final deste estudo da fase introdutória da medicina *racional* medieval em Portugal, espaço privilegiado desta análise.³

ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO⁴

A investigação em curso tem como tema central a prática médica e os seus praticantes. O tema divide-se entre os domínios da história social e da cultura. Os primeiros cultores da história da medicina portuguesa foram médicos oitocentistas cuja produção foi fruto de uma notável formação humanística e de uma paixão pessoal. Destacam-se, neste domínio, Francisco Marques de Sousa Viterbo (1845-1910) e Maximiano Lemos (1860-1923). Maximiano Lemos lançou a primeira síntese de história da medicina portuguesa,⁵ coordenou o único periódico português exclusivamente dedicado à história da medicina portuguesa, os *Arquivos de História da Medicina Portuguesa* (1886-1896, 1910-1922) e foi o primeiro regente da cadeira de História da Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto a partir de

² Encontrei esse primeiro testemunho entre os documentos de D. Sancho I, publicados em Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, eds., *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)* (Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979), vol. I, 95-96 (doc. n.º 61), 96-98 (doc. n.º 62).

³ O trabalho final acabou por ter o período em estudo ligeiramente alargado, terminando em 1340. Esta opção foi tomada após uma preciosa sugestão do Doutor Mário Farelo, que comentou e criticou de forma extremamente proveitosa o meu texto na VII.^a edição do *Workshop de Estudos Medievais*. A explicação é simples: o primeiro ciclo de exames para obtenção de licença de atividade médica terminou em 1340, pelo que a análise do pequeno conjunto de examinandos poderia fornecer dados sólidos para aquilo que acredito ser um momento de transição social e cultural da atividade médica no Portugal medieval, contribuindo para uma visão mais completa dessa fase.

⁴ Para evitar listas extensas de bibliografia, preferi citar sobretudo os autores. Esta opção, discutível em parte, é apoiada pela fácil acessibilidade à dissertação, entretanto apresentada e defendida. Estando disponível em acesso livre no repositório da Universidade do Porto, o leitor poderá encontrar lá uma extensa lista bibliográfica e um enquadramento exaustivo.

⁵ Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições* (Lisboa: Manoel Gomes, Editor, 1899), 2 vols.

1916.⁶ Lemos teve em Luís de Pina (1901-1972)⁷ um incansável seguidor. Luís de Pina regu a cadeira de História de Medicina da FMUP, produziu uma extensa bibliografia, orientou diversas teses de licenciatura sobre história da medicina e fundou o Museu de História da Medicina Maximiano Lemos. Contudo, após a sua morte, a historiografia médica feita por médicos portugueses reduz-se consideravelmente e os trabalhos produzidos limitam-se ao período contemporâneo. O caminho seguido pelas escolas médicas atuais tende a tornar opcionais, ou mesmo a suprimir, conteúdos humanísticos dos *curricula* universitários, o que não tem contribuído para inverter a tendência decrescente na história da medicina feita por profissionais da cura.

No que toca a historiadores de formação, a história da medicina medieval em Portugal foi estudada sobretudo de forma indireta. Estudos de história da cultura e da filosofia, como os que foram conduzidos por Artur Moreira de Sá, António Domingues de Sousa Costa e Francisco da Gama Caeiro, abordam, por vezes, temas ou indivíduos relacionados com a medicina. Neste domínio, a história da universidade tem sido um espaço privilegiado. Após a edição de fontes, a produtividade notável das décadas de 60, 70 e 80 do século passado, encabeçada pelos três nomes citados, e a comemoração dos 700 anos da fundação do Estudo Geral em Lisboa (1288-1290), que parece fechar este ciclo, a história da universidade em Portugal entrou numa letargia de onde apenas saiu recentemente. A história do ensino, da universidade, dos homens de letras e da cultura ganhou um novo fôlego com uma série de dissertações e teses, associadas sobretudo às universidades de Lisboa e Nova de Lisboa. Investigadores como Armando Norte, André de Oliveira Leitão e Mário Farelo têm explorado estes temas, abordando, direta ou indiretamente, percursos de médicos, o livro médico ou o ensino.

Poucos foram os historiadores de formação que trataram diretamente temas de história médica medieval em Portugal. Também essas exceções foram orientadas principalmente para o domínio da história social. Refira-se, a este propósito, o célebre artigo de Iria Gonçalves intitulado *Físicos e Cirurgões Quatrocentistas: As Cartas de Exame*, de 1972.⁸

Para encerrar este enquadramento historiográfico, há que referir uma corrente menos sensível em Portugal, mas igualmente representada. Nas últimas décadas, a história da medicina medieval europeia teve como principais temas: a evolução do pensamento médico, do ensino médico universitário e da produção de obras médicas e/ou comentários às autoridades clássicas feitos por mestres medievais. A abordagem desta corrente caracteriza-se pelo peso que a análise filosófica e textual possui. Destacam-se, numa primeira fase, nomes como o do franco-croata Mirko Grmek, logo seguido por Danielle Jacquart (França), Luis García-Ballester e Pedro Gil-Sotres (Espanha), Cornelius O'Boyle (Reino Unido), Michael R. McVaugh (EUA), Jole Agrimi e Chiara Crisciani (Itália).⁹ O trabalho destes especialistas caracteriza-se pela transversalidade e complementaridade, tratando a história da medicina e o pensamento médico medieval numa perspetiva comparativa entre toda a Europa, Norte de África e Médio Oriente. Em Portugal, o investigador que mais se tem aproximado desta abordagem é José Francisco Meirinhos, cujo estudo da obra e da problemática em redor de (ou dos) Pedro(s) Hispano(s) reflete algumas práticas metodológicas do grupo supramencionado.

⁶ Universidade do Porto, “Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto,” última modificação a 18-03-2010, consultada a 28-03-2015, http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=1005740.

⁷ Universidade do Porto, “Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto,” última modificação a 23-02-2010, consultada a 28-03-2015, http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=1006676.

⁸ Iria Gonçalves, “Físicos e Cirurgões Quatrocentistas: As Cartas de Exame,” *Do Tempo e Da História* 1 (1972), 69-112.

⁹ A produção bibliográfica destes autores é constituída por centenas de títulos, pelo que seria redutor nomear apenas uma ou duas obras de cada um.

FONTES

As fontes utilizadas são diversas e, na maioria dos casos, parcas em informação. Os documentos e chancelarias régias são as mais importantes. Os documentos de D. Sancho I e D. Sancho II, e as chancelarias de D. Afonso II, D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV, preservam registos de físicos e cirurgiões como testemunhas ou confirmantes de documentos, intervenientes em doações régias, exercendo essa ou outras funções de oficialato, entre outras. No reinado de D. Afonso IV juntam-se a este lote de documentos as primeiras cartas de exame de físicos e cirurgiões, cuja criação, com o propósito de licenciar a atividade médica, marca o fim do período em estudo. Em segundo lugar, encontram-se os testamentos de clérigos capitulares e obituários catedralícios. A maioria dos indivíduos documentados como físicos ou cirurgiões encontra-se, neste período, ligada ao clero das catedrais portuguesas. Os testamentos revelam frequentemente a posse de manuscritos científicos e objetos possivelmente relacionados com prática médica.¹⁰ Por outro lado, os obituários revelam a ligação de vários clérigos à medicina, frequentemente omitida pela documentação quotidiana produzida em vida. Neste âmbito destaque-se o *Livro das Kalendas*, publicado em 1947 por Pierre David e Torquato de Sousa Soares.

METODOLOGIA

A investigação levada a cabo possui mais afinidade com os trabalhos relacionados com a história social e cultural, próximo da linha de especialistas como o sobredito Armando Norte – que, de resto, tem na sua impressionante tese de doutoramento um modelo sólido¹¹ –, do que com a história do pensamento médico, predominante num contexto europeu alargado. Mais do que uma opção, trata-se de uma imposição metodológica: as fontes são paupérrimas no que toca a matéria científica. Tendo em conta a dispersão de fontes e a pobreza que, na maioria das vezes, revelam, a investigação para esta dissertação é fruto de sucessivos cruzamentos de dados. Explicado anteriormente, o limite cronológico é já fruto do avanço da minha investigação. Numa fase inicial, a pesquisa foi feita tendo como objeto todo o período medieval, de 1192 até 1500. O limite foi progressivamente recuando, assim que começou a ser evidente que a medicina medieval em Portugal havia passado por diferentes fases, sendo a primeira delas suficientemente vasta e complexa para ser analisada no contexto de uma dissertação de mestrado

Dito isto, primeiro passou-se à exploração de uma extensa bibliografia, constituída sobretudo por dissertações de mestrado e teses de doutoramento. Consultando as teses de licenciatura e de doutoramento de Maria José Pimenta Ferro, pude fazer a seleção dos físicos e cirurgiões, assim como das respetivas fontes onde surgem. Os trabalhos académicos de enfoque local para o período medieval, como as teses de Maria Ângela Beirante sobre Santarém e Évora, a de Rita Costa Gomes sobre a Guarda, a de Ana Maria S. A. Rodrigues sobre Torres Vedras ou a de Sílvio Conde sobre Tomar, entre outras, permitiram-me aproveitar o estudo aprofundado da documentação local e os levantamentos feitos, completando a chancelaria régia com estudos sobre os meios urbanos. Para meios cortesãos, a tese de doutoramento de Rita Costa Gomes, e as teses sobre chancelarias episcopais de Braga, Coimbra e Porto de Cristina Cunha, Rosário Morujão e Maria João Oliveira e Silva, respetivamente, que fornecem informações preciosas sobre as casas dos bispos e respetivos físicos, são exemplos de trabalhos que me foram muito úteis. Esta abordagem foi repetida com outros aspetos em estudo, ajudando a completar um complexo *puzzle*. A reunião das

¹⁰ A maioria dos testamentos estudados encontra-se nos *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*.

¹¹ Armando José Gomes do Norte, “Letrados e Cultura Letrada em Portugal (sécs. XII e XIII)” (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013).

fontes citadas e de mais bibliografia, totalmente dispersas, foi-se tornando gradualmente possível. Paralelamente, o conhecimento de alguns textos médicos medievais e os trabalhos sobre pensamento médico ocidental, sobre a receção da *nova ciência* greco-arábica, sobre os paralelismos europeus, no geral, e ibéricos, em particular, foi fundamental para inserir o caso português numa realidade alargada, que esteve sempre muito longe de ser estanque.

ESTRUTURA PROVISÓRIA

Além das costumeiras introdução e conclusão, o plano de divisão da futura dissertação passa pela existência de seis capítulos, com número variável subcapítulos. O primeiro capítulo tem um propósito de contextualização: o estudo da realidade portuguesa implica uma primeira abordagem transversal, no espaço e no tempo, para que os eventuais resultados se tornem mais claros. O segundo incide sobre o meio que acolheu a reintrodução da medicina científica em Portugal: a cronologia reflete o período de surgimento e consolidação das primeiras enfermarias monásticas portuguesas, assim como os primeiros sinais de circulação de textos médicos em território nacional.

Os capítulos seguintes exploram o tema propriamente dito nas suas diversas dimensões: os homens que praticam a medicina, as suas origens, motivações e meios; aquilo que aprendem e sabem, onde, como e o que leem; os locais de prática e os instrumentos que se podem conhecer, direta ou indiretamente; e, por fim, a forma como eram vistos pelos outros, através das suas representações nos textos literários coevos.¹²

Eis a divisão proposta para a dissertação em desenvolvimento:

I - Da Antiguidade à Idade Média – O longo caminho das profissões médicas

- 1 – De Hipócrates ao Crepúsculo de Roma
- 2 – O Oriente, de novo: Medicina (em) Árabe, da Pérsia ao al-Andaluz
- 3 – Salerno, ou o renascer do ensino e da profissão médica no Ocidente latino

II – O meio: Introdução da medicina no Portugal Medieval (ca. 1150-1225)

- 1 – Médicos e físicos – Uma questão semântica?
- 2 – Monges-enfermeiros e enfermarias monásticas

III – Os indivíduos

- 1 – Os primeiros físicos e cirurgiões documentados em território português
- 2 – Origem e enquadramento social da atividade
- 3 – Indivíduos excepcionais

IV – O saber

- 1 – Aprendizagem e formação dos praticantes
- 2 – As obras: Manuscritos e circulação

V – A prática

- 1 – Locais
- 2 – O exercício da profissão

VI – As representações

- 1 – Textos trovadorescos
- 2 – Crónicas

¹² O plano inicial, que previa seis capítulos, acabou por ser reduzido para cinco, eliminando-se o último, que estudaria representações de físicos e cirurgiões em crónicas e textos trovadorescos. Vários fatores contribuíram para esta alteração: a metodologia distinta, o tempo escasso e o risco de tornar este trabalho demasiado extenso. Acrescente-se ainda o ligeiro prolongamento cronológico do anexo. Para uma comparação com o resultado final, cf. André Silva, “Físicos e Cirurgiões Medievais Portugueses. Contextos Socioculturais, Práticas e Transmissão de Conhecimentos (1192-1340)” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2015), 3-5.

Anexo: Tabela de físicos e cirurgiões documentados em território português entre 1192 e 1338.

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS¹³

Estando numa fase relativamente adiantada da investigação, é possível apontar algumas conclusões provisórias:

- A medicina *científica e profissional* de matriz clássica terá desaparecido totalmente dos territórios hoje portugueses durante a Idade Média. A sua reintrodução terá sido feita como consequência da descoberta europeia das autoridades greco-arábicas.

- Os indivíduos identificados como físicos foram, ao longo de quase todo o século XIII, eclesiásticos pertencentes ao clero capitular, tendo na sua atividade médica um aspeto secundário ou quase accidental.

- Até à fundação da Universidade, em 1290, não terá havido qualquer forma de ensino médico organizado, assim como não parece ter havido uma transmissão não-formal ativa, de pais para filhos ou de mestre para discípulo. Os praticantes teriam obtido a sua formação fora do país, em Estudos Gerais ou não, e não teriam estabelecido uma classe autóctone capaz de se autorrenovar.

- Com o início do século XIV, os físicos e cirurgiões começam a ser cada vez mais indivíduos provenientes de meios urbanos, com raízes mercantis ou em mesteres, diminuindo progressivamente o número daqueles que eram clérigos. Os sinais de uma transmissão feita em contexto extrauniversitário, mas socialmente reconhecida, multiplicam-se.

- Com raras exceções, os clínicos portugueses não deixaram testemunhos escritos das suas práticas ou saberes. A ligação entre Pedro Julião e Frei Gil de Santarém - tradicionalmente destacados no panorama científico ducentista - e a ciência médica é demasiado frágil para que se possa reconhecê-los como destacados médicos e, por consequência, reconhecer com segurança que as obras a eles atribuídas são da sua autoria e representam manifestações da cultura médica portuguesa na Idade Média.

- Se nos perguntarmos sobre que história é possível fazer para a medicina medieval em território português, a resposta não deverá passar por uma 'história da medicina portuguesa', porque no domínio da medicina científica, racional, de matriz erudita – não falo, naturalmente, de superstições, práticas populares e/ou religiosas relacionadas com a manutenção ou recuperação da saúde –, o contributo português, nesta fase, é praticamente nulo. Não se poderá falar, igualmente, de uma “história da medicina de portugueses”. Não abundam os presumíveis autores portugueses de obras médicas: Pedro Julião (Hispano), Frei Gil de Santarém, ou, já na viragem para o século XV, Valesco de Taranta. Em nenhuma obra se parece refletir a eventual origem geográfica do autor, nem se encontra qualquer relato ou dado, direto ou indireto, sobre a possível prática em território nacional. A própria identificação dos autores das obras em causa é questionável. São vários os autores que vêm demonstrando a multiplicidade de ‘Pedros Hispanos’, com destaque para José Francisco Meirinhos, revelando-se improvável que Pedro Julião, o papa João XXI, seja o mesmo que escreveu as obras médicas que circularam sob essa autoria. Também os escassos manuscritos com matéria atribuída a Gil de Santarém poderão tratar-se de textos apócrifos.

¹³ Resultado natural do avanço que já então levava esta investigação, as conclusões da dissertação não diferiram consideravelmente daquilo que foi apresentado nesta comunicação.